

UMA PERSPECTIVA GLOBAL DAS CRISES ECONÔMICAS

Juan Domingo Teles de Souza
discente externo, PUC, Goiás

RESUMO

O desenvolvimento do capitalismo e toda sua estrutura dinamizaram e geraram consigo algo peculiar e tema de grande controvérsia: as crises econômicas. O grande problema que se coloca no presente artigo é por que o sistema capitalista não conseguiu evitar que generalizadas crises acontecessem. Opiniões das mais diversas possíveis de teóricos e estudiosos da área tentam comprovar as hipóteses de que a crises são inerentes ao sistema capitalista, ou que o sistema é perfeito e até mesmo que elas não existem. O objetivo desse artigo é suscitar certas vulnerabilidades do sistema capitalista e o caráter cíclico de suas crises que há muito fora esquecida. Demonstrarei através dos fatos históricos, que as crises econômicas estiveram presentes na maior parte das relações capitalistas de um Estado. Desse modo, poderei traçar uma perspectiva geral das crises econômicas.

Palavras-chave: crise econômica, economia, Estados Unidos, sistema capitalista

ABSTRACT

The capitalism development and their entire structure make more controversy and stress on the surrounding world due to the economic crisis. The main problem that we discuss in this paper is why the capitalist system has not avoided the general crisis that has happened. The different opinions of experts and specialists about this area try to prove the assumptions that crisis are natural to the capitalist system, or that the system is perfect and that it simply doesn't exist. The aim of this paper is to provoke some vulnerabilities of the capitalist system and the repeated characteristic of their crisis that has been long forgotten during this past period of time. I will show through historical facts that the economic crisis was kept alive during the most part of State's capitalist's relations. In this way, I will trace a general perspective of the economical crisis.

Key words: economic crisis, economy, United States, capitalist system

1. INTRODUÇÃO

O sistema econômico com todas suas variações é algo bastante complexo e requer de um Estado grande esforço para manter sua economia em ordem. Índices de inflação

controlados, balança comercial superavitária e pleno emprego são alguns dos desejos de uma nação que almeja o *status* de potência econômica.

Um ponto importante e indispensável quando se fala em progresso e desenvolvimento econômico é colocar em pauta também a possibilidade do advento de uma recessão dos moldes da Grande Depressão que aconteceu em 1929 nos Estados Unidos. Nesse sentido, para Nouriel Roubini (2010) a economia das crises é o estudo sistemático de como e por que os mercados falham, em contraposição aos grandes pensadores da economia que têm a obsessão de mostrar como e por que os mercados funcionam.

A história nos mostra que as crises financeiras não são algo recente e que tenha suas origens ainda desconhecidas. Desde o século XII, muito antes da ascensão do capitalismo tal como é em pleno século XXI, há indícios de reinos que passaram por momentos de turbulência e, utilizando um artifício aparentemente eficaz, livravam de suas dívidas com a impressão de dinheiro. Os chineses passaram a utilizar essa prática a partir de 1072. (BERNHOLZ, 2003, apud ROUBINE & MIHM, 2010, p. 29). Havia aqueles que optavam por caminhos mais “honestos”, simplesmente decretando a moratória, como fez Carlos III em meados do século XIV, haja em vista que com o decorrer do tempo, passaria a ser mais frequente a adoção da estratégia para se livrar das pressões dos credores e, diversos países como a Áustria, a França, a Prússia, Portugal e a Espanha, decretaram moratória a partir do século XIV. (ROUBINI & MIHM, 2010, p. 29).

Nota-se que o tema se arrasta por séculos e a tendência, como iremos descrevê-la no presente artigo, é de continuidade. Isso não significa que não haja métodos que foram elaborados por dedicados estudiosos e teóricos que permitiam antever e até preveni-las. Ao contrário, Robert Chiller (2000), Jonh Stuart Mill (1983), Jonh Maynard Keynes (1936) e Karl Marx (2004) são apenas alguns intelectuais que conseguiram captar o lado obscuro da economia que durante muito tempo fora colocada em segundo plano. Suas contribuições foram determinantes para compreender os fatos do passado e continuam sendo um marco para qualquer intelectual traçar suas conjecturas ou hipóteses.

2. DIVERGÊNCIAS TEÓRICAS

No campo das teorias econômicas, há inúmeros modelos e formas de como e por que os mercados funcionam. Em séculos passados, percebe-se que era mais comum estudos relacionados a um mercado super eficiente já pré-existente na concepção destes estudiosos. Começando pelo pensador escocês Adam Smith em sua obra “A riqueza das Nações” (1776) propõe a metáfora da “mão invisível” em que os mercados, independentemente das decisões individuais e sem que haja uma entidade coordenadora, consegue se comportar de modo estável e autorregulador. Um ponto interessante é que ao passar do tempo e principalmente com o advento da crise de 2008, esse termo utilizado por Adam Smith está se tornando cada vez mais comum em textos jornalísticos e rodas de discussões informais. Isso demonstra que suas ideias vêm sendo repensadas e colocadas sob uma nova análise em função de diversos fenômenos econômicos que surgem.

Um grupo de economistas famosos – David Ricardo (1772), Jean-Baptiste Say (1765), Léon Walras (1834) e Alfred Marshall (1842) – procuraram desenvolver certos modelos que demonstrassem que suas hipóteses eram as que mais se aproximavam de uma verdade absoluta. Segundo Nouriel Roubini (2010), a crença na estabilidade dos mercados criou um corolário importante: o preço de qualquer ativo comprado e vendido no mercado são exatos e justificados, isto é, não existem bolhas de ativos nem supervalorização/subvalorização de um determinado bem, pois a sabedoria coletiva do mercado está sempre correta.

Muitos economistas do século XX utilizaram a obra *Théorie de la Spéculation* do matemático francês Louis Bachelier, publicada em 1900, para validar seus argumentos de que o preço de um ativo Y, por exemplo, se hoje vale X e amanhã por ventura valesse $X + 10$ significaria que o ativo respondeu automaticamente e racionalmente à chegada de novas informações.

Teoricamente, o advento da Grande Depressão poderia ter trazido consigo uma bagagem de forte desconfiança em relação aos estudos que comprovavam que “a sabedoria coletiva do mercado está sempre certa”. Contudo, no período pós-guerra os departamentos de economia e finanças das universidades deram nova vida ao pensamento predominante do século XIX. Surgia-se, então, mais uma gama de modelos matemáticos com a finalidade de provar que os mercados eram completamente racionais e eficientes.

As correntes de economistas que abraçaram essa tese no período pós-guerra acrescentaram algumas nuances, reconhecendo que os mercados podem ser

mais ou menos eficientes, dependendo de certas variáveis. Mas as linhas gerais do argumento – que os mercados são eficientes e incorporam todas as informações conhecidas nos seus preços – permaneceram um truísmo nas escolas de administração e nos departamentos de economia. Na década de 1970, a Hipótese do Mercado Eficiente tornou-se senso comum, pregada nos púlpitos acadêmicos da Universidade de Chicago e em outros lugares. (ROUBINI & MIHM, 2010, p. 51)

Robert Shiller, economista da Universidade de Yale e um dos defensores da economia behaviorista, criticou com base em suas pesquisas realizadas na década de 1980 a Hipótese do Mercado Eficiente. (SHILLER, 1982, apud ROUBINI & MIHM, 2010, p. 52) Alegou que os preços das ações eram bem mais voláteis que a hipótese poderia prever. Um dia os investidores otimistas podem agir de uma determinada maneira, fazendo o preço de um ativo subir. No dia seguinte, por algum motivo em especial podem se sentir em uma situação de extremo desconforto, vendendo seus ativos a preços irrisórios.

Surge uma nova especialidade com o objetivo de explicar esses “altos e baixos”: as economias e finanças de linha behaviorista. De acordo com Nouriel Roubini (2010), os estudiosos da área procuraram desenvolver “modelos de psicologia humana e suas relações com os mercados financeiros”, explicou posteriormente Shiller.

“O trabalho de Shiller e outros sugere que o capitalismo não é um sistema autorregulado que se move tranquilamente sem nenhuma perturbação; em vez disso, é um sistema propenso à “exuberância irracional” e ao pessimismo infundado. Em outras palavras, trata-se de um sistema extraordinariamente instável.” (ROUBINI & MIHM, 2010, p. 53)

Antes dos economistas behavioristas, pensadores do século XIX observaram que o capitalismo tendia a ser flutuante com vários picos em diferentes períodos. Segundo Nouriel Roubini (2010), o expoente e provavelmente um dos primeiros a analisar consistentemente as crises foi John Stuart Mill, um cientista político que se tornou economista. Em sua obra *Princípios de Economia Política* (1848), Mill utiliza uma linguagem que antecipa o que mais tarde seria fortemente utilizada para descrever os fenômenos econômicos na visão dos economistas de linha behavioristas contemporâneos, como Shiller (2000).

Maria Cristina e Tomas Rotta (2009), ambos economistas, irão sustentar a ideia de que Mill interpreta a sociedade como sendo formada por indivíduos com natureza voltada para seus próprios interesses e que, por ser assim, esse indivíduo pode ferir outros. Isso se

traduziria, por exemplo, no fato de uma pessoa ser percebida como quem estivesse ficando muito rica e, no pensamento de Mill, isso despertaria vários imitadores que iriam dar continuidade às mesmas atitudes, gerando, assim, uma especulação crescente. Esse efeito só terminaria, invariavelmente, quando ocorresse a falência de inúmeras empresas causando um “medo generalizado” no mercado e fazendo com que o crédito seque ou se torne mais oneroso.

Em busca de uma outra visão mais radical a cerca do tema, é imprescindível citar um dos pensadores mais controvertidos e que contribuiu extensamente para o estudo do capitalismo e suas contradições: Karl Max. Diferente de outros teóricos que supunham alternativas e modelos que ajudariam a conter as crises, Marx (2004) acreditava que as crises eram inerentes ao capitalismo, além do mais, elas seriam um sinal do inevitável colapso.

O argumento por ele utilizado era que a quantidade de trabalho humano exercido para a fabricação de um bem determinaria o seu valor. Então, com o avanço da tecnologia e a necessidade dos detentores dos “meios de produção” de diminuir seus custos, esses substituiriam a mão-de-obra humana por máquinas. Como o processo é dinâmico, ao fazer a substituição o preço dos produtos industrializados iriam cair levando a um ciclo de corte de gastos, desemprego, superprodução e falência. O processo final celebraria uma revolução da classe trabalhadora.

Ele acreditava que a história é definida pela luta entre dois grupos sociais antagônicos: uma classe capitalista ou burguesa, proprietária das fábricas e de outros meios de produção”, e a sempre crescente classe do proletariado sem terra. (ROUBINI & MIHM, 2010, p. 56)

Embora suas ideias ao longo dos séculos tivessem sido duramente ignoradas e vistas com um certo grau de ceticismo, é inquestionável o peso de suas contribuições teóricas. Algumas crises que na época pareciam mais com o fim do mundo, como a Grande Depressão, trouxeram seus pensamentos à tona, contudo, sua previsão de que o sistema capitalista mais cedo ou mais tarde se corroeria, ainda não aconteceu.

Um importante economista que surgiu da Grande Depressão foi John Maynard Keynes (1936). Suas ideias serviram de influência para a macroeconomia moderna, tanto na

prática quanto na teoria. Keynes se tornou professor de economia em Cambridge e suas ideias serviram de base para a escola de pensamento conhecida como economia keynesiana.

O mais famoso trabalho de Keynes foi a *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, publicado em 1936. Seja de forma direta ou indiretamente, a partir dessa obra Keynes passou a servir de referência teórica para muitos outros economistas. Diferente dos economistas ligados aos campos clássicos e neoclássicos na década de 1930 que supunham que o pleno emprego é o estado natural dos acontecimentos, Keynes abordou o problema de uma perspectiva completamente diferente. O senso comum da época dizia que quando os salários sobem demais a economia, inevitavelmente, se contrai. Com o aumento do desemprego, automaticamente os salários começam a cair.

Nessa ótica, era um processo balanceado em que conforme os salários caíam, os empregadores começavam novamente a admitir o pessoal e assim dando continuidade ao ciclo. Para Keynes o que de fato determina os níveis de emprego é a demanda efetiva ou agregada. Se os trabalhadores forem demitidos ou os salários cortados, as pessoas consomem menos, e a demanda tende a cair. Nesse cenário de demanda baixa os empresários relutariam em investir, o que levaria novamente a cortes de salários e demissões. Os consumidores comuns, notando a situação de desemprego, poupariam mais e gastariam menos. Isso deprimiria ainda mais a demanda, um dilema que Keynes chamou de “paradoxo da frugalidade”. Então, com a demanda menor que a oferta, as empresas seriam forçadas a baixar os preços para vender suas mercadorias; essa deflação dos preços - que atingiu fortemente durante a Grande Depressão – reduziria ainda mais os lucros e os fluxos de caixa.

Keynes reconheceu que as decisões econômicas não resultam de um mero cálculo matemático: são impulsivas e condicionadas pelos acontecimentos, incertas e condiciona (ROUBINI & MIHM, 2010, p. 59)

Para Keynes a solução estaria no centro do governo que interviria e criaria demanda, invertendo a espiral descendente. Nos anos pós-guerra, essas ideias foram profundamente utilizadas quando governos no mundo inteiro evitavam que as crises econômicas se agravassem.

3. UM GIRO PELAS CRISES NO MUNDO

O surgimento da Holanda como o primeiro motor capitalista do mundo nos séculos XVI e XVII, fez com que um novo tipo de crise aparecesse: a bolha de ativos. A “mania das tulipas”, na década de 1630 fez com que os preços se elevassem a níveis altíssimos. Suas flores são muito apreciadas e contribuíram para o aumento da demanda e, conseqüentemente o aumento de preço. As pessoas de todas as classes começaram a vender suas propriedades para investir no comércio de tulipas que se tornara lucrativo. O resultado da tamanha especulação financeira foi uma perda de confiança repentina que surgiu em 1637, levando os investidores a uma corrida para resgatar seus investimentos, o que se viu então, era uma brusca queda dos preços e vários negociantes indo à falência.

Essas crises históricas dentre outras várias que ocorreram até meados do século XVIII, geralmente não possuíam um caráter global, ou seja, seus efeitos não deflagravam crises financeiras globais. No entanto, a crise de 1825 foi uma das primeiras de grande repercussão mundial. Teve seu início na Grã-Bretanha e aparentemente apresentava todas as características de uma crise clássica que incluía dinheiro fácil, bolha de ativos e fraudes. Como em muitas outras bolhas, quando essa estourou, bancos e empresas não financeiras na Grã-Bretanha faliram. Com a propagação da crise para o resto da Europa, os investidores em pânico retiravam seu dinheiro da América Latina. Em 1828, à exceção do Brasil, todos os países do continente haviam decretado moratória.

O mais surpreendente colapso global do século XIX provavelmente foi a crise de 1873. Mais uma vez os protagonistas foram investidores na Grã-Bretanha e na Europa continental que fizeram grandes investimentos especulativos em estradas de ferro nos Estados Unidos e na América Latina. A crise de 1873 - 1895 tem explicação estrutural. A organização dos trabalhadores, isto é, o aparecimento dos sindicatos nacionais, resultou em aumento real de salários entre 1860 e 1874. Por isso, os empresários preferiram investir em tecnologia, para aumentar a produção com menos trabalhadores. De um lado, produção e lucros se mantiveram; de outro, declinou a massa global de salários pagos, determinando a recessão do mercado consumidor. Os capitais disponíveis não poderiam ser investidos na Europa, pois a produção aumentaria e os preços cairiam. Teriam de ser aplicados fora, através de empréstimos com juros elevados ou na construção de ferrovias.

De acordo com Argemiro J. Brum, em seu livro *O desenvolvimento econômico brasileiro*, três fatores principais contribuíram para sua superação: a migração de grandes contingentes populacionais da Europa para a América, a reestruturação do capitalismo, que iniciou o processo de transição da fase concorrencial para a fase monopolista e por fim, a incorporação de inovações tecnológicas nos processos produtivos e avanços na capacidade gerencial dos empreendimentos econômicos.

O século XX não foi muito diferente em termos de crises. A crise de 1907 começou nos Estados Unidos, após a ruína do movimento especulativo na bolsa de valores e no mercado imobiliário. Imediatamente houve uma intensa corrida para resgatar o dinheiro investido. O mercado de ações despencou e quando a crise se tornou sem controle J. P. Morgan, o mais poderoso banqueiro do país, convocou diversas reuniões de emergência com a cúpula do sistema bancário de Nova York com a finalidade de interromper a corrida aos bancos e evitar que o desastre fosse maior.

Embora Morgan tenha recebido o crédito por ter evitado uma catástrofe, os acontecimentos de 1907 persuadiram muitos da necessidade de um banco central para servir de apoio e de prestador de última instância nas crises futuras, e seis anos depois nasceu o Federal Reserve. (ROUBINI & MIHM, 2010, p. 32)

A Grande Depressão iniciada em 1929 nos Estados Unidos (E.U.A) foi a pior catástrofe econômica do século XX. Após a Primeira Guerra Mundial, os E.U.A lucraram bastante com a exportação de produtos manufaturados para os aliados, como resultado disso sua economia cresceu fortemente. Havia emprego, acesso ao crédito e o consumo era bastante incentivado. Surgia-se então, o chamado “*american way of life*” (modo de vida americano). Contudo, a economia europeia se restabelecia e a cada dia importava menos dos norte-americanos, o que resultou em excesso de produção e, concomitantemente queda dos preços, desemprego, falência de indústrias e, por fim, a quebra da bolsa de Nova York.

A crise que começou nos Estados Unidos teve reflexos na Europa e na América Latina em função da economia norte-americana ter fortes vinculações com as demais economias do mundo. Um fato curioso era que o presidente dos E.U.A da época, Hebert Hoover, por ter forte empatia com ideologias liberais talvez tenha exacerbado tal atitude ao contrário do que fez em 1933 Franklin Delano Roosevelt com a política do *New Deal*.

A reação do restante do governo federal não foi muito melhor. Andrew Mellon, secretário do Tesouro de Herbert Hoover, acreditava na necessidade de uma purgação.(...) “liquide-se a mão de obra, liquidem-se as ações, liquidem-se os fazendeiros, liquidem-se imóveis”, dizia-se que este era o conselho de Mellon. Mellon acreditava que a o pânico financeiro iria “purgar a putrefação do sistema. (ROUBINI & MIHM, 2010, p.32)

O início do século XXI, igualmente como em épocas anteriores, é marcado economicamente como um período bastante turbulento. Mais uma vez a maior potência mundial não conseguiu evitar que um colapso incipiente se transformasse em uma imensa bola de neve provocando um rombo nas principais economias mundiais.

Apesar de a crise ter atingido seu ápice em 2008 nos Estados Unidos e posteriormente tomado uma dimensão global, seus motivos tiveram início em anos anteriores. No ano de 2003, com o intuito de superar a recessão vivida em 2001 devido à crise das empresas “ponto com”, a taxa de juros foi baixada para 1%, com a intenção de injetar “dinheiro fácil e barato” no mercado de crédito. Foi criada então uma nova linha de consumidores desses créditos, os consumidores “*subprimes*”, que eram clientes que não tinham trabalho, bom histórico para o pagamento de suas dívidas, patrimônio e renda. Com baixa taxa de juros (pós-fixada), houve uma busca massiva ao crédito, para a compra de casas, e como não havia restrição, o crédito era conseguido facilmente. Iniciava-se uma mania de negociar imóveis de alto giro e lotes de terra como se fossem brinquedos buscando maior lucratividade em cada operação.

Uma característica básica desses empréstimos “*subprimes*” que se tornou muito comum é a dificuldade de liquidação, tendo em vista que eram, como citado anteriormente, predominantemente de pessoas de baixa renda e que não possuíam maneiras de conseguir, pelo menos a um curto prazo, todo o montante de dinheiro que havia sido tomado para o financiamento do imóvel.

Nesse contexto, os bancos lançaram uma estratégia para que não fosse necessário esperar por anos e, ainda assim, com um grande risco de ocorrer inadimplência, para que fosse reembolsado. Criou-se a securitização desses créditos que, segundo Nouriel Roubini (2010), ativos ilíquidos, como hipotecas, poderiam ser reunidos e transformados em ativos líquidos negociáveis no mercado aberto. O nome que se deu a essa inovação era de títulos

lastreados por hipotecas (*mortgage-backed securities* – MBSs). Já que os lucros dos títulos estavam em 30% de juros ao ano, e assegurados por seguradoras de conceito AAA (excelência), os investidores e bancos internacionais fizeram uma busca massiva por esses títulos.

Diferentemente do que se pensava, a enorme demanda por casa fez com que o setor ficasse inflacionado, e em 2007, para conter a inflação, a taxa de juros foi elevada para 5,25%. Como consequência direta, houve uma queda na demanda por casas e o seu preço despencou. O processo que se iniciou neste momento não poderia ser diferente, os clientes “*subprimes*” se encontraram em uma situação extremamente delicada: por um lado, deveriam honrar suas dívidas, por outro, deveriam igualmente, honrar o sustento da família. Então, houve uma massiva onda de devedores de hipotecas, e como o governo Bush já vinha acumulando déficits em sua conta corrente, em 2007 esse déficit foi acumulado pelo quinto ano consecutivo, o equivalente a 157,3 bilhões de dólares, chegando a 6,2% do PIB.

O efeito foi imediato, em setembro de 2007 mais de 5 milhões de moradias foram colocadas à venda, os preços caíram e os juros dispararam. O “boom” dessa crise foi a partir de agosto de 2008 em que se iniciaram as ondas de falências de seguradoras e profundas crises bancárias. Todos os bancos do Primeiro Mundo que tinham comprado os títulos hipotecários “podres” começaram a se afundar, provocando um efeito dominó em diversos bancos de inúmeros países.

4. PERSPECTIVA GERAL SOBRE CRISES ECONÔMICAS

Até o presente momento demonstramos que a economia, por si só, já é algo extremamente complexo e que, por ser assim, cria inúmeras formas de pensamento e de visão de como realmente todo este aparato funciona ou, pelo menos, deveria funcionar. Como o processo de tomada de decisão de um indivíduo está vulnerável a sofrer mudanças de acordo com aquilo que lhe convém, a psicologia cognitiva tem muito a nos explicar como e por que isso ocorre dentro da atividade econômica. É certo que a crise de 2008 veio, além de vários outros motivos, em função de certa dose de imprudência da classe investidora dos Estados Unidos. Percebia-se o momento como único e promissor dando espaço para que a selvageria capitalista aflorasse nas mentes mais éticas e bem intencionadas.

A Teoria Prospectiva inicialmente desenvolvida por Daniel Kahneman e Amos Tversky (2005) foi um modelo que demonstrava que as pessoas enfrentavam barreiras cognitivas para realizar decisões tidas como racionais. Diante uma situação de risco, as pessoas tendem a ter aversão à perda e procuram de qualquer forma a manutenção de seu *status quo* e, automaticamente, passam a evitar tomar riscos desnecessários. Por outro lado, diante da perda – já tida como certa - os indivíduos tendem a se engajarem em comportamentos aparentemente irracionais de risco em busca da recuperação do *status quo* que anteriormente possuíam. Portanto, um ponto de referência para avaliar como as pessoas percebem o risco envolvido em suas decisões está diretamente relacionado com sua visão de *status quo*.

Nesse sentido, ainda no âmbito da crise de 2008, mas podendo adaptar para analisar as demais crises, os lucros estratosféricos auferidos pelos investidores com os títulos de hipotecas, - isto é, diante a uma situação de “ganho” - fez com que não fosse perceptível, ou pelo menos que não coubesse naquele momento, uma atitude mais racional e menos individualista. Nesse contexto específico, prevaleceu a ganância e o “viés de autoatribuição” que, Robert Shiller (2000), caracteriza como a atribuição de lucros à própria perspicácia, e não ao fato de vários outros igualmente iludidos estar participando de uma bolha especulativa.

5. CONCLUSÃO

Para concluir, farei uma breve retrospectiva pelo o que foi aqui exposto e sintetizarei a questão central e motor de análise do presente artigo.

O tema proposto foi fortemente influenciado pela crise econômica que iniciou em 2008 na maior potência econômica mundial. O senso comum não nos permitia conceder o fato de que países desenvolvidos podiam ser o berço das principais crises mundiais. Mesmo que seja uma característica do capitalismo seguir sua trajetória oscilando em períodos de expansão seguidas de crise, os Estados Unidos acabam se contradizendo perante a expressão-símbolo do liberalismo econômico, *laissez-faire*, que se tornou dominante principalmente no final do século XIX e início do século XX, ao intervir diretamente na economia criando a demanda como bem propôs Keynes. Ora, imaginemos o que poderia

acontecer caso os Estados não interviessem pontualmente ou tardiamente em suas economias, fazendo afirmar assim, verdadeiramente, o caráter perfeito e auto-regulável de seus modos de produção. Contudo, desde a Grande Depressão até a crise de 2008 não é essa atitude presenciada, atitude essa, diga-se de passagem, fortemente apoiada pelos economistas da escola austríaca, mais notadamente Joseph Schumpeter (1982), com sua teoria de empreendedorismo conhecida como “destruição criativa”.

Dando continuidade ao que foi abordado, apresentei de forma imparcial alguns estudiosos renomados por suas contribuições no campo das ciências econômicas e que em muito contribuíram e, ainda contribuirá, para os estudos futuros.

Fiz um pequeno passeio ao longo das principais crises econômicas que assolaram o mundo e que suscitou que novas abordagens teóricas fossem elaboradas, a fim de nos suprir de modelos que atenuariam ou até mesmo evitariam que crises econômicas tomassem proporções descomunais.

Por fim, de um modo geral, tomei como foco que as crises econômicas, sejam elas regionais, nacionais ou mundiais acontecem de tempos em tempos e que determinadas variáveis apenas as intensificam.

REFERÊNCIAS

- BACHELIER, Lois. *Theory of Speculation*. Princeton University Press: New Jersey, 2006.
- BRUM, Argemiro J. *O Desenvolvimento Econômico Brasileiro*: Vozes, São Paulo, 2002.
- CHILLER, Robert. *Exuberância Irracional*: Makron: São Paulo, 2000.
- CRISTINA, Maria; ROTTA, Tomas (2009), “Filosofia, economia e crise”. *Revista Filosofia*, 34. Disponível em: <<http://filosofiacienciaevida.uol.com.br>>. Acesso em: 08 dezembro 2010.
- KEYNES, Jonh Maynard. *The General Theory of Employment, Interest and Money*. Harcourt Brace and World: London, 1936.
- MARSHALL, Alfred. *Principles of Economics*: Cosimo Classics, 2009.
- MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. Martin Claret: São Paulo, 2004.
- MILL, Jonh Stuart. *Princípios de Economia Política*. Abril Cultural: São Paulo, 1983.
- RICARDO, David. *Princípios de Economia Política e Tributação*. Nova Cultural: São Paulo, 1988.

ROUBINI, Nouriel. *A Economia das Crises: Um Curso-Relâmpago Sobre o Futuro do Sistema Financeiro Internacional*. Intrínseca: Rio de Janeiro, 2010.

SAFARTI, Gilberto. *Teoria das relações Internacionais*. Saraiva: São Paulo, 2005.

SAY, Jean-Baptiste. *Tratado de Economia Política*. Nova Cultural: São Paulo, 1986.

SCHUMPETER, Joseph. *A Teoria do Desenvolvimento Econômico*. Nova Cultural: São Paulo, 1982.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações*. Nova Cultural: São Paulo, 1988.

WALRAS, Léon. *Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura*. Abril Cultural: São Paulo, 1983.

www.culturabrasil.pro.br/neocolonialismo.htm (Acesso em: 06 dezembro 2010)

www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2008/marco/os-estados-unidos-e-sua-crise-economica (Acesso em: 05 dezembro 2010)